

À ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A/C: da Sr.(a) Pregoeiro (a) da Secretaria de Administração - Governo Municipal de São José do Vale do Rio Preto/RJ.



REF.: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2022

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, COM LOCAÇÃO DE ATÉ 14 (QUATORZE) VEÍCULOS E MANUTENÇÃO DE MAIS 02 (DOIS) VEÍCULOS RESERVAS, SENDO UM DO TIPO ÔNIBUS E/OU MICROÔNIBUS E O OUTRO UMA VAN EXECUTIVA, MODELOS RODOVIÁRIOS, DURANTE O PERÍODO LETIVO, NOTURNO E/OU DIURNO PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PETU (PROGRAMA ESPECIAL DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO), INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.180/05, SEGUINDO OS SEGUINTE ITINERÁRIOS PARA OS ÔNIBUS: (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X TERESÓPOLIS/RJ X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ) (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X PETRÓPOLIS X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII DO REFERIDO EDITAL VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO OU TERCERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE.

VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO S/A., firma estabelecida na Av. Condessa do Rio Novo, nº 881, na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, CEP. 25.803-000, inscrita no CNPJ sob o nº 32.404.063/0001-08, licitante interessada direta no procedimento licitatório em epígrafe, vem, mui respeitosamente, por meio de seu procurador *in fine* assinado, perante vossa senhoria, nos termos do § 3º, do Art. 109, da Lei 8.666/93 c/c o item 14.4 do respectivo Edital, oferecer tempestivamente suas apresentações.

J. Evangelista

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do PREGÃO PRESENCIAL em epígrafe, com sustentação no §2.º do artigo 41 da lei 8666/1993 - aplicável por força do artigo 9.º da lei federal n.º 10520/2002 - e demais legislações correlatas do âmbito Municipal, pelos fundamentos demonstrados nesta peça:

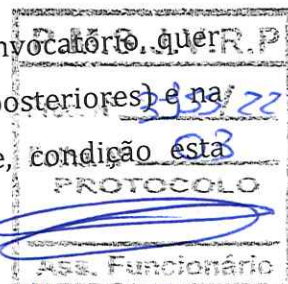
1 - TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que o aviso do edital foi disponibilizado em 05/04/2022, com data do dia 12/04/2022 para abertura das propostas, de forma que há pleno cumprimento ao prazo 02 (dois) dias úteis antecedentes a abertura da sessão pública, em consonância ao previsto no item 14.4 do edital do pregão em referência.

2 - OBJETO DA LICITAÇÃO.

O Pregão Presencial em referência tem por objeto o "A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, COM LOCAÇÃO DE ATÉ 14 (QUATORZE) VEÍCULOS E MANUTENÇÃO DE MAIS 02 (DOIS) VEÍCULOS RESERVAS, SENDO UM DO TIPO ÔNIBUS E/OU MICROÔNIBUS E O OUTRO UMA VAN EXECUTIVA, MODELOS RODOVIÁRIOS, DURANTE O PERÍODO LETIVO, NOTURNO E/OU DIURNO PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PETU (PROGRAMA ESPECIAL DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO), INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.180/05, SEGUINDO OS SEGUINTE ITINERÁRIOS PARA OS ÔNIBUS: (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X TERESÓPOLIS/RJ X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ) (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X PETRÓPOLIS X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII DO REFERIDO EDITAL VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO OU TERCERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE".

A presente impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório, quer por discreparem do rito estabelecido na lei 8666/1993 (com alterações posteriores) e na Lei Federal n.º 10520/2002, quer por restringirem a competitividade, condição esta essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.



Evangéliste

Pretende também apontar situações que devem ser esclarecidas, facilitando-se a compreensão de determinadas cláusulas e evitando-se interpretações equivocadas.

3 - FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

3.1 - ESCLARECIMENTO QUANTO AO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL.

Questão que necessita ser esclarecida é a referente ao prazo para impugnação ao edital, haja vista a previsão de informações divergentes em seu texto com a Lei de regência.

De fato, o Decreto Regulamentar n.º 10.024 de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, dispõe que: *abustou + coisa*

“Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.”

(...)

“Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.”

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.”

No entanto, o item 14.4 do edital prevê que:

“14.4 - As solicitações de impugnações e / ou recursos deverão ser formalizadas através de processo administrativo protocolado no Protocolo Geral deste Município, no endereço informado no item 14.1, no horário das 9:30h as 16h, OU através do e-mail: admlicitriopreto@gmail.com (as solicitações feitas por meio eletrônico só serão efetivadas mediante confirmação de recebimento do e-mail). Sendo que no caso de impugnação



E. Angelista

deverá ser autuado até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.”

Ora, o edital deve estar claro quanto a seus preceitos, fazendo previsão a exigências claras e não contraditórias com a legislação de regência, pois os prazos de recurso definidos no Decreto são de 03 (três) dias, enquanto o item 14.4 do edital menciona somente que o prazo das impugnações serão de até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura, ou seja, em patente afronta à legislação.

Nesta senda, requer-se seja esclarecido qual o real prazo que as empresas interessadas em participar do certame terão para apresentar seus recursos.

3.2 - AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO ESTIMADO DOS PREÇOS EM PLANILHA ABERTA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 7.º, §2.º, INCISO II E ARTIGO 40, §2.º, INCISO II DA LEI 8666/1993.

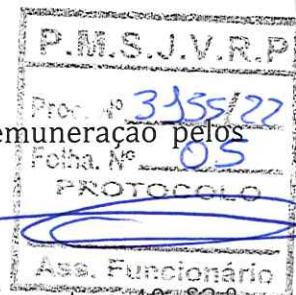
Verifica-se que não há no edital e seus anexos, tampouco no Termo de Referência, não há referência ao Modelo de Proposta Comercial.

A falta de dados atuais na planilha indicativa para apresentação de proposta macula o processo administrativo, pois deixa de indicar corretamente o orçamento estimado para a prestação dos serviços.

Os valores que alimentam a planilha estão desatualizados, em especial quanto ao preço do DIESEL que na planilha consta como sendo R\$ 4,8698, sendo que, atualmente, o preço está acima dos R\$ 6,564, ou seja, 50% (cinquenta por cento) menor que o praticado no mercado nesta data.

Tal diferença não pode persistir, sob pena de tornar vil o valor de remuneração pelos serviços prestados, sendo, portanto, inexequível seu objeto.

Tal desatualização constitui direta violação aos artigos 7.º §2.º, inciso II e artigo 40, §2.º, inciso II, todos da lei 8666/1993, aplicáveis por força do artigo 9.º da lei federal n.º 10520/2002:



Handwritten signature in blue ink: Evangelista

Art. 7.º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

(...)

§ 2.º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - (...)

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

Art. 40. (...)

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - (...)

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

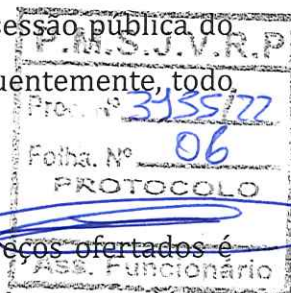
Pela previsão dos referidos artigos, portanto, toda licitação, inclusive de serviços, necessariamente possui como pressuposto de validade a existência de um orçamento estimado em planilha aberta de composição de custos unitários.

Tal planilha atualizada é essencial para que, no curso do certame, seja possível verificar eventual adequação dos preços propostos aos valores de mercado, inclusive em relação a todos os componentes que repercutem na formação do preço final.

Este juízo quanto aos preços ofertados (se são exequíveis ou estão dentro dos padrões de mercado) depende diretamente da informação contida na estimativa de custos, sendo essencial para a análise a ser realizada pelo pregoeiro e sua equipe de apoio.

A falta desta estimativa atualizada e detalhada de custos inviabiliza a avaliação quanto à compatibilidade dos preços ofertados (avaliação esta a ser realizada na sessão pública do pregão). Tal circunstância macula o julgamento a ser realizado e, consequentemente, todo o procedimento realizado.

Deste modo, uma planilha detalhada e atualizada de composição dos preços ofertados é primordial para que a contratação possa ser efetivada corretamente, pela mesma lógica contida no artigo 40, §2.º, inciso II da lei 8666/1993 citado acima, não bastando as planilhas contidas no edital.



Severangelista

Ainda que não se apresente uma planilha atualizada dos custos, é essencial, de qualquer forma, que seja apresentado o valor orçado para a íntegra da presente prestação de serviço que se pretende licitar.

3.3 - DO PROJETO BÁSICO: DA PLANILHA DE CUSTOS E SUA INEXEQUIBILIDADE

A planilha de custos funciona como parâmetro para que a Administração Pública efetue uma contratação segura e exequível. Também é necessária para se evitar problemas durante a execução dos contratos e facilitar a análise da Administração Pública quando da ocorrência das alterações contratuais, a exemplo do que ocorre no reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Há elementos formadores do preço que têm seus valores definidos por lei ou instrumento normativo e não variam. Outros variam de acordo com a estratégia negocial e a realidade de cada empresa.

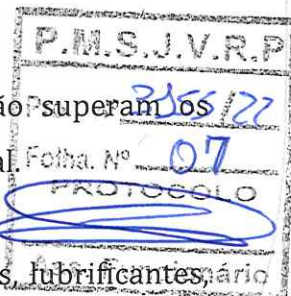
No que diz respeito aos primeiros elementos mencionados, a licitante deve adotar, quando da elaboração de sua planilha de custos e formação de preços, o exato valor determinado pelo respectivo instrumento legal.

Além disso, o Projeto Básico já não representa a realidade atual da demanda pelos serviços no Município de São José do Vale do Rio Preto.

Quanto aos segundos elementos, a licitante os definirá conforme sua estratégia negocial. Porém, isso não significa, necessariamente, que a licitante poderá zerar esses custos, pois a planilha deverá refletir o efetivo encargo financeiro decorrente dos custos que onerarão a execução do serviço.

Se atualizarmos os valores iremos constatar que os custos da operação superam os contidos na planilha elaborada pela Administração Pública no presente edital.

Não estão sendo levados em conta os custos atuais, preço de combustíveis, lubrificantes, água, energia, imóvel e salários mais benefícios concedidos aos colaboradores da empresa.



Evangelista

Tais custos de elevaram sobremaneira nos últimos dois anos, em especial, neste contexto de pandemia pelo qual ainda vivemos., bastando verificar que, no edital consta o valor de R\$ 4,8698 para o litro de óleo diesel enquanto o custo atual varia de R\$ 6,564 a R\$ 7,00.

Portanto, sem demonstrar qual o valor de equilíbrio ou apontar qual seja o norte técnico atual, as licitantes não têm como apresentar proposta viável e exequível.

À míngua desses elementos atuais, é absolutamente impossível elaborar-se a projeção da viabilidade econômico-financeira do empreendimento, para aferir sua equação financeira inicial, o que inibe a apresentação de propostas.

A planilha, desta forma, deve ser elaborada de acordo com os custos atuais, devendo ser publicado o edital com a devida correção, sob pena de inviabilizar a execução dos serviços a serem prestados, por absoluta inexecutabilidade do objeto.

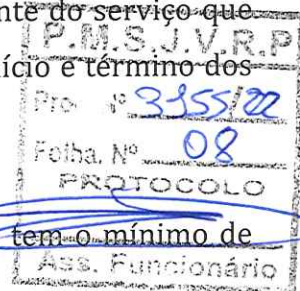
Assim, nulo o projeto básico e, d.v. nulo o Edital.

3.4 - DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS EXPRESSOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Menciona o item 5.4 do edital que a Contratada obriga-se a: "Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;". Contudo não há qualquer especificação de quais sejam os requisitos de qualificação técnica expressamente previstos no edital.

Sabemos que, normalmente, tais requisitos informam sobre necessidade de um atestado comprovando experiência anterior na execução de serviço de transporte de passageiros, emitido por órgão oficial e/ou entidade pública delegatária ou contratante do serviço que comprove a experiência da empresa proponente, constando a data de início e término dos serviços (quando o caso).

Tal requisito de capacidade técnica tem que comprovar que a empresa tem o mínimo de experiência que é exigida.



[Handwritten signature in blue ink]

Essa experiência visa verificar sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Quanto à capacitação técnico-profissional, o foco da exigência é a demonstração da experiência do profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico.

Não obstante o silêncio legal, o TCU reconheceu, por meio da publicação da Súmula nº 263, que:

“para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Tal vício torna nulo o edital, devendo ser publicado novamente com expresse menção clara de quais sejam os requisitos, para afastar aventureiros, buscando a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Os editais de licitação devem observar os princípios constitucionais expresse e implícitos, bem como aqueles previstos nas legislações de regência, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade ou igualdade, moralidade ou probidade administrativa, publicidade e eficiência.

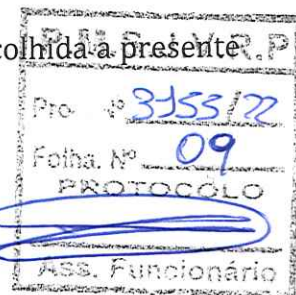
4 - DOS PEDIDOS

Assim, por se tratar de matéria de lida justiça, requer seja recebida e acolhida a presente

IMPUGNAÇÃO.

Diante do exposto, requer:

a) seja recebida a presente **IMPUGNAÇÃO, SUSPENDENDO-SE** o certame até decisão final das matérias, tendo em vista que a sessão pública está designada para 12/04/2022, ante a complexidade apresentada e para que se afaste qualquer antijuridicidade capaz de macular todo o procedimento que se iniciará. Caso contrário, há o iminente risco de todo o ritual do



Evangelista

artigo 4.º da lei 10520/2002 ser considerado inválido, considerados os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dos documentos de habilitação;

b) sejam acolhidas as razões e fundamentos ora apresentados e determinada a **ANULAÇÃO** do certame, tendo em vista vícios inafastáveis e não passíveis de convalidação;

c) caso não seja atendido o pedido da alínea anterior, sejam deferidas as alterações com as devidas correções e com fixação de novos prazos para apresentação de proposta e impugnações, **PUBLICANDO-SE O EDITAL NOVAMENTE** e marcando a sessão para a abertura das propostas para data posterior à solução dos problemas ora apontados.

Requer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Três Rios/RJ, 07 de abril de 2022

Sebastião R. Evangelista
VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO S/A.

EVANGELISTA
Sebastião Ribeiro Evangelista
Viação Progresso e Turismo S/A
CNPJ: 32.404.063/0001-08

P.M.S.J.V.R.P
Pro. nº 3155/22
Folha. Nº 30
PROTOCOLO
Ass. Funcionário

CARTÓRIO GAMA - 2º OFÍCIO DE TRÊS RIOS

Notário: OSIR JOSÉ DA GAMA - Subst.: PEDRO HENRIQUE DA GAMA

Subst.: Margareth Alves do Nascimento

Livro nº 169

Folhas nº 080



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DO INTERIOR
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE TRÊS RIOS
Titular: OSIR JOSE DA GAMA
R: WALMIR PECANHA 64 LJS 08/10
TRÊS RIOS
(24) 2252-0315
TRASLADO DE PROCURAÇÃO



Procuração bastante que faz VIACÃO PROGRESSO E
TURISMO S/A, forma abaixo:*****

Livro nº 169
Folhas nº 080-080
Ato nº 079

Saibam os que este público instrumento de procuração bastante virem que aos 30(TRINTA) dias do mês de MAIO(05) no ano de dois mil e dezenove(2019) nesta cidade TRÊS RIOS, Estado do Rio de Janeiro, na sede do CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE TRÊS RIOS, situado na R: WALMIR PECANHA 64 LJS 08/10, perante mim, CRISTINA APARECIDA GRANATO XISTO, Escrevente mat. 94/968, compareceu a outorgante abaixo descrito e qualificado, por mim identificado, conforme documentos mencionados, do que dou fé, sendo-me dito que por este público instrumento a outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador, adiante denominado e qualificado. **Outorgante: VIACÃO PROGRESSO E TURISMO S/A**, com sede na Av. Condessa do Rio Novo, nº 881, Três Rios RJ, CNPJ sob o nº 32.404.063/0001-08, representada por seu diretor **ANDRÉ LUIZ BARBOSA SOARES**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Giuseppe Verdi, nº 70 – Condomínio São Lucas – São Pedro – Juiz de Fora/MG, portador da Cédula de Identidade nº M2 862-674 SSP/MG e CPF nº 629.772.706-63.

OUTORGADOS: - **CLAUDIO DE JESUS FERREIRA**, brasileiro, casado, gerente regional, portador da identidade nº 07253118-9 e inscrito no CPF sob o nº 950.649.747-87; **SERGIO BRAGA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 099043648 e CPF sob o nº 071.114.967-44; **SEBASTIÃO RIBEIRO EVANGELISTA**, brasileiro, casado, gerente regional, portador do RG nº 094002169 e CPF sob o nº 018.270.727-09; **WALLACE SAMPAIO**, brasileiro, casado, gerente regional, portador do RG nº 130529217 e CPF sob o nº 094.247.007-92; **PAULO AFONSO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 066612649 e CPF sob o nº 741.779.317-72; **EDMILSON MEDEIROS FRANCISCO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 0202409322 e CPF sob o nº 101.328.347-31; **CRISTIANO DE OLIVEIRA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1294836 e CPF sob o nº 052.245.577-80; **ANDERSON GOMES DE PADUA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 076550367 e CPF sob o nº 001.902.647-13; **MAYCKON APARECIDO TOMAS BATISTA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 093964104 e CPF sob o nº 187.230.238-64, todos residentes e domiciliados na Avenida Condessa do Rio Novo, nº 881, Centro, Três Rios/RJ; aos quais conferem poderes para **EM CONJUNTO OU SEPARADAMENTE**



CARTÓRIO GAMA - 2º OFÍCIO DE TRÊS RIOS

Notário: OSIR JOSÉ DA GAMA - Subst.: PEDRO HENRIQUE DA GAMA

Subst.: Margareth Alves do Nascimento



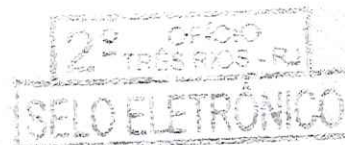
SEPARADAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DA ORIGEM DE NOMEAÇÃO, agir como preposto para requerer certidões, retirar documentos, requerer e solicitar vista de processos junto às DELEGACIAS DE POLICIA- Civil – Militar e Rodoviária Federal, REPARTIÇÕES PÚBLICAS – Federal, Estadual ou Municipal. Com poderes especificadamente nos DEPARTAMENTOS DE TRANSITO – JARI – DETRAN e outros, para promover a alteração de características dos veículos da outorgante, mudança de cor, realizar transferência de endereço, transferência de propriedade no caso da outorgante ser a compradora, realizar vistoria anual, vistoria de primeiro emplacamento, alteração de endereço/jurisdição, emissão de 2ª via, realizar baixa de veículo, podendo assinar e retirar CRLV – Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo e o CRV – Certificado de Registro de Veículo, praticando enfim todos os demais necessários ao fiel cumprimento do presente mandato. **A presente procuração terá validade até 31 de Maio de 2022 a partir de sua assinatura.** FEITA SOB MINUTA. Certifico que pelo presente ato são devidas custas (lei 3.350) no valor de Tabela 1 ato 5 (R\$11,66x2), Tabela 1 ato 3 (R\$10,06), Tabela 1 ato 2 (R\$19,26) Tabela 7 ato 2b (R\$49,09), TOTAL R\$ 104,70 - FETJ (Lei 3217/99) (R\$20,94), Fumperj (R\$5,23) e Fundperj (R\$5,23); Funarpen (R\$4,18) PMCMV (R\$ 1,01), custas de ISS (R\$5,23), Mutua dos Magistrados e outras associações no valor de R\$14,87 e Distribuição no valor de R\$26,94. Eu, Cristina Aparecida Granato Xisto, CRISTINA APARECIDA GRANATO XISTO, ESCRIVENTE, mat 94/968, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo a assinatura. P/VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO S/A- ANDRE LUIZ BARBOSA SOARES(OUTORGANTE). TRASLADADA NESTA DATA. *****

Em test. da verdade

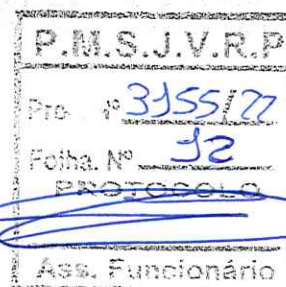
Cristina Aparecida Granato Xisto



Esta folha é parte integrante da Procuração lavrada no **Livro 169 as folhas 080 ato 079**. Segue abaixo, conforme determina o Provimento 49/2018 da CGJ/RJ, o QR CODE e o Selo Eletrônico referente a presente Procuração



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
ECZV 28452 OTG
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



AAA 7738572